

69

a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

ficha técnica

Título

A OBRA NASCE
revista de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Fernando Pessoa
nº9, novembro de 2015

Edição

edições Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Direção

Álvaro Monteiro (Diretor da Faculdade de Ciência
e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa)

Conselho de Redação

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)
Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Coordenação Científica

Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Conselho Científico

Antonella Violano (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"
della Seconda Università degli Studi di Napoli)
Avelino Oliveira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)
Clovis Ultramarí (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)
Conceição Melo (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FRUP/FEUP)
João Castro Ferreira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)
Luís Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)
Paulo Castro Seixas (Professor Associado no IS CSP – Universidade de Lisboa)
Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)
Sandra Treija (Vice-Dean of the Faculty of Architecture
and Urban Planning of Riga Technical University)
Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)
Teresa Cáliz (Professora Auxiliar na Faculdade
de Arquitectura da Universidade do Porto)

Composição

Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Ensino e Investigação em Arquitectura e Urbanismo. Um ensaio sobre as dificuldades e os desafios de uma necessária reinvenção*

Teresa Calix, ARQUITECTA

Professor auxiliar, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – Morfologias e Dinâmicas do Território

teresa.calix@arq.up.pt

Manuel Fernandes de Sá, ARQUITECTO

Professor catedrático, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – Morfologias e Dinâmicas do Território

RESUMO

O fim do ciclo de crescimento e de investimento que teve lugar a partir da segunda metade da década de 2000 e que alterou o percurso 'normal' da história deixou a contemporaneidade num impasse, reconhecendo-se, por essa razão, a necessidade de uma reflexão e da reinvenção dos currículos académicos, e, também, das matérias críticas ou dos enfoques da investigação em Arquitectura e Urbanismo. No ensino a renovação incide sobre o modo como garantir a melhor formação para um mercado de trabalho necessariamente novo, diverso e cheio de incertezas, no qual os arquitectos nem sempre se conseguirão integrar nos espaços tradicionalmente e directamente associados às suas áreas de competência. Na investigação a inovação recai sobre a escolha dos objectos e dos objectivos de estudo mais pertinentes, no sentido de aceitar a mudança e reconhecer a importância de aprofundar o conhecimento sobre o novo paradigma da escassez.

PALAVRAS-CHAVE

arquitectura, urbanismo, ensino, investigação, escassez

ABSTRACT

The end of the growth and investment cycle, which took place in the second half of the 2000s and changed the 'normal' course of history, left the contemporary years deadlocked and acknowledging the need for reinventing academic curricula and also research critical issues or approaches in architecture and urbanism. In education renewal focuses on how to ensure the best training for a labour market necessarily new, diverse and full of uncertainties in which architects are not always able to be employed in the spaces traditionally and directly related to their areas of competence. In research the improvements lie on the choice of the most relevant study objects and objectives, in order to accept change and recognize the importance of deepening the knowledge about the new scarcity paradigm.

KEYWORDS

architecture, urban planning, education, research, scarcity

* Texto escrito segundo a antiga ortografia.

As últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI ficaram marcados por um ciclo de investimento que, acompanhando as significativas transformações da sociedade portuguesa no pós 25 de Abril, foi responsável por uma profunda transformação nos sistemas urbanos associada ao forte investimento nas redes infra-estruturais e no parque edificado. A euforia da democracia e da adesão à União Europeia conduziram a um cenário de desenvolvimento que, mais do que se concretizar na expansão dos aglomerados existentes, produziu um fenómeno urbano de verdadeira extroversão, visível nas múltiplas formas, na diversidade de materiais e nos novos espaços de ocupação do território, que resultam e potenciam a (re)localização das actividades económicas e se apresentam como os cenários idealizados da habitação de uma classe média crescente.

O aumento exponencial da diversidade e da radicalização das dinâmicas associadas aos processos de urbanização, a banalização das novas tecnologias de informação e de comunicação e, naturalmente, a individualização, a racionalização e a diferenciação social (Ascher, 2005, p. 13)¹ tornam possível e traduzem, tardia e drasticamente, os valores da modernidade – na verdade a hiper ou a terceira modernidade² – na sociedade e nos novos territórios da explosão urbana portuguesa.

Neste processo, as infra-estruturas, as tecnologias e os sistemas de mobilidade, combinados em sistemas ou redes de dispositivos sociotécnicos, reconhecem-se como poderosos instrumentos de organização social e são, por isso, determinantes na produção de espaço urbano, transformando as características e a forma de territorialização da cidade contemporânea e dando corpo a um conjunto muito significativo de planos³ e de obras de um Estado-Nação-Social que, com o advento da democracia portuguesa e, posteriormente, dos fundos estruturais europeus, procurava seguir os modelos consolidados após a Segunda Guerra Mundial na Europa. Na verdade, este recém criado Estado cedo daria sinais de um precoce enfraquecimento, com a afirmação da nova dimensão global dos mercados financeiros que, não só contribui para a 'desintegração' do conceito de Estado-Nação⁴, mas também explica, paradoxalmente, os esforços sucessivos de renovação da base económica das cidades e, naturalmente, o empenho em desenvolver

empreendimentos urbanos sucessivos e significativos para a concretização do seu potencial de valorização⁵ a nível internacional. Neste processo de qualificação e de afirmação de determinados núcleos urbanos, as fragilidades e as incapacidades de investimento do Estado eram supridas por uma iniciativa privada fortalecida, muitas vezes formalizada através de parcerias público-privadas.

Neste cenário, a par do sector financeiro, o sector da construção é reconhecido como um dos motores de desenvolvimento nacional e a Arquitectura e as suas diversas práticas e campos de interesse transformam-se em objectos de desejo, propensão que decorre, ainda, de um acréscimo muito significativo da atenção mediática, conduzindo a um aumento extraordinário, num tempo relativamente curto, do número de arquitectos portugueses que integram o mercado de trabalho, a partir do final da década de 1990⁶ (Cabral, 2006).

As escolas de Arquitectura, que a partir desse momento se ampliam e multiplicam, reconhecem que a Arquitectura e o Urbanismo não são ciências exactas, pelo que defendem uma aprendizagem baseada na experimentação prática. O desenvolvimento e a consolidação das capacidades instrumentais e conceptuais do estudante verificam, assim, o desígnio de 'aprender realizando', tido como proposição fundamental para o desenvolvimento e a consolidação dos programas e das unidades curriculares de projecto. As últimas, protagonistas no processo de aquisição de conhecimentos, subentendem um quadro de simulação e de resposta a um possível caderno de encargos e, conseqüentemente, uma oportunidade para realizar uma proposta concreta desenvolvida, acompanhada e debatida num ambiente controlado que tem em vista uma imitação da realidade e da prática corrente na profissão, prática essa legitimada por padrões e âmbitos de actuação facilmente identificáveis e relativamente simplificados.

A par do crescimento exponencial da oferta de Licenciaturas (públicas e privadas), que com a Declaração de Bolonha se haveriam de transformar em Mestrados, a necessidade de um número significativo de docentes doutorados que colmatasse as exigências das entidades supervisoras do ensino superior, satisfazendo os rácios impostos para garantir os parâmetros que se entendia defenderem as condições mínimas

de qualidade dos cursos disponibilizados, gerou uma grande procura sobre este nível de formação. O anterior Doutoramento em Arquitectura, quase exclusivamente dirigido aos docentes que integravam a carreira académica universitária (que ainda considerava os Assistentes Estagiários e os Assistentes), caracterizava-se por um percurso de investigação solitário, cujos resultados, na maioria dos casos, tinham em vista, apenas, a produção do documento final – a tese – que os concretizava mas, simultaneamente, os relegava para um espaço de divulgação extremamente circunscrito. A pressão gerada encontraria, no entanto e no final da década de 2000, um novo enquadramento para os cursos de terceiro ciclo (pós-Bolonha) que se concretizava através de programas de doutoramento inovadores, relativamente ao quadro legal anterior, institucionalizando, definitivamente, práticas de produção e de divulgação da investigação que se aproximam da tradição das Ciências Sociais mas que, por vezes e de forma equívoca, são levadas a reproduzir os espaços de formalização e, sobretudo, as lógicas de validação das Ciências Naturais.

Estes programas, associados, numa primeira fase, a um significativo acréscimo nos financiamentos da investigação (sobretudo através dos programas de bolsas de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia), acabariam por recrutar um número interessante de estudantes que, não só integrava o grupo de docentes já referidos sem Doutoramento, mas também, e de forma inovadora, que se inseria no universo mais geral dos licenciados ou mestres em Arquitectura, ou áreas afins. Estes, muitas vezes ligados a entidades públicas de natureza diferente, viam no Doutoramento uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e de evolução na carreira ou, encontrando-se numa fase ainda embrionária do seu percurso profissional, procuravam singular no campo pouco explorado, e, até então, quase sempre de dedicação não exclusiva, da investigação teórica ou aplicada da área disciplinar da Arquitectura.

Assim, nos últimos 40 anos e sobretudo a partir da década de 1990, a Arquitectura e o Urbanismo português registaram uma mudança na dimensão, na exigência e na complexidade das encomendas, na pluralidade dos clientes, na diversidade e na sofisticação dos programas, na proliferação das ferramentas associadas aos novos meios digitais e, sobretudo, no aparecimento ou no aumento da importância

relativa de alguns espaços menos tradicionais de actuação dos arquitectos. Entre estes encontra-se, naturalmente, a área da investigação que, reconhecendo a radicalidade e a velocidade dos processos recentes e a ausência de uma efectiva reflexão sobre as razões, as estratégias e as práticas a considerar em função da nova realidade, procurava, através de estudos sobre o passado e o presente, contribuir para o desenvolvimento científico de uma área disciplinar cada vez mais transversal e de difícil delimitação e, naturalmente, garantir a actualização e a disseminação do conhecimento adquirido nos diferentes níveis do ensino superior.

O fim do ciclo de crescimento e de investimento e, particularmente, a mudança súbita que sobrevém à quebra das instituições financeiras, na segunda metade da década de 2000, e a subsequente crise sistémica que haveria de afectar generalizadamente todos os sectores da economia global, alteraram o 'normal' percurso da história⁷ deixando a contemporaneidade num impasse, ou seja, numa identidade em trânsito que, apontando para a consolidação de um novo ciclo, importa interrogar.

Com efeito, um ainda maior, e determinante, recuo da presença do Estado e uma ainda menor capacidade de intervenção das entidades públicas, que se evidencia na diminuição e na reorientação do investimento que anteriormente se destinava à construção ou à manutenção de infra-estruturas, de equipamentos e de espaços colectivos, e, sobretudo, o muito significativo decréscimo do investimento privado, que assentava no sector imobiliário – agora saturado – e na produção de habitação nova – altamente condicionada nos novos sistemas de crédito imobiliário –, resultam na estagnação do crescimento urbano, na supressão ou, pelo menos, na muito significativa restrição dos planos e dos projectos, das obras públicas ou privadas, e, conseqüentemente, conduzem à paralisação do mercado dos serviços de Arquitectura e Urbanismo. Este cenário, revelando a exaustão do modelo de desenvolvimento e a estagnação do crescimento urbano associados ao decréscimo demográfico e económico, evidencia, simultaneamente, que o processo de modernização português, muitas vezes errático e desequilibrado mas decorrente de uma investida efectiva de um tardio Estado Providência, seguido de um forte investimento privado, chega, assim, ao seu fim.

Perante esta nova realidade e a correspondente contracção dos centros empregadores – tradicionalmente os gabinetes de Arquitectura e Urbanismo e as autarquias –, a par de uma certa desmobilização dos estudantes e da redução de alguma oferta de ensino, a questão que se coloca nas escolas, em primeiro lugar, incide sobre o modo como garantir, nos primeiros e segundos ciclos ou mestrados integrados, a melhor formação para um mercado de trabalho necessariamente novo, diverso e cheio de incertezas, no qual os arquitectos nem sempre se conseguirão integrar nos espaços tradicionalmente associados às áreas de competência que adquiriram e aperfeiçoaram no âmbito específico da sua formação.

Com efeito, pergunta-se:

Deve o sistema de ensino, aceitar as suas dificuldades em antecipar, mas ainda assim tentar reagir e responder à diversidade, à disparidade e, até, ao desfasamento entre o conhecimento adquirido e a prática profissional esperada? Deve, em função da análise, a cada momento [do mercado de emprego?], transformar-se profundamente em face das mutações em curso? Deve a didáctica mudar, incorporando temas, métodos e técnicas completamente diferentes e reduzindo a prática de atelier – o ‘aprender realizando’ –, quanto mais os gabinetes de arquitectura fecham e quanto mais as tarefas a realizar pelos arquitectos, em face dos desvios na sua ocupação profissional (decorrentes das oportunidades de emprego existentes), se afastam das matérias essenciais da disciplina e, conseqüentemente, da prática do projecto?

Ou, pelo contrário, devem os instrumentos do ‘fazer aprender’ manter-se fiéis aos fundamentos, aos processos, aos objectivos e aos objectos que importam, de facto, à construção do corpo de conhecimentos e dos modos de observar–interpretar–compreender–actuar que subjazem à Arquitectura e que, em última análise, caracterizam o ‘saber-ver’ e o ‘saber-fazer’ do arquitecto?

No cenário que as primeiras duas questões enunciam, imagina-se a transformação dos primeiros e segundos ciclos em Arquitectura de modo a incorporar conteúdos novos, como os do campo da gestão ou do empreendedorismo⁸ –

destacando, por esta via, as matérias que servem a dinâmica que permite identificar, incorporar e gerir oportunidades várias de negócio e, como tal, que integra em si mesma o sonho e o desassossego de uma condição contemporânea fluida e complexa⁹ –, ou outros, que considerem a realidade de largo espectro que se regista nas actuais ocupações profissionais dos antigos alunos, algumas delas cada vez mais longe da disciplina.

No enquadramento proposto pela última questão, não se subentende a inércia e o conservadorismo que nada altera nem modifica. Pressupõe-se, antes, a manutenção dos princípios gerais que orientam as metodologias e as ferramentas, enquanto se transformam os enquadramentos práticos que assistem à didáctica, se revêm os contextos de intervenção e, conseqüentemente, se consideram novos desígnios, novas encomendas e novas estratégias de intervenção, porventura mais próximas das expectativas dos actores reais e, como tal, mais reflexivas e mais ajustadas à realidade de actuação actual, mais exigente nos seus resultados e mais selectiva nas matérias a transformar. Esta segunda hipótese, reconheceria, necessariamente, a manutenção do protagonismo das unidades curriculares de projecto ou, mais especificamente, do espaço de atelier que as mesmas representam, introduzindo ou incrementando as condições que permitem o desenvolvimento efectivo de uma reflexão aprofundada e alargada sobre as questões da forma mas, também e sobretudo, sobre as razões da encomenda e os efeitos da sua concretização. Isto é, uma reflexão que identifica, explora e considera os argumentos práticos e teóricos que subjazem, referenciam e antecipam os problemas, as dificuldades e os resultados expectáveis de cada realização numa determinada conjuntura e perante um determinado grupo da sociedade. Pressupõe-se, nesta segunda hipótese, a promoção do espaço por excelência da discussão: questionando métodos de abordagem e instrumentos de concepção e de representação enquanto se desenvolve o raciocínio subjacente à intervenção contemporânea no edifício, no conjunto urbano, na cidade consolidada ou no território da difusão.

Perante as duas hipóteses de evolução apontadas, defende-se, então, a segunda, esperando, na verdade, para além do recomendado protagonismo do espaço de experimenta-

ção do projecto, a assunção da importância da problematização que lhe está subjacente, generalizando-a à aprendizagem e ao reconhecimento da interacção dos vários conteúdos que compõem os planos de estudo. Assim, nos diferentes espaços de conhecimento proporcionados pelas escolas, sugere-se uma aprendizagem assente na enunciação da dúvida, no reconhecimento da controvérsia, na identificação dos múltiplos cruzamentos e na expressão da argumentação que determina as opções, seja qual for o teor da encomenda proposta ou o campo de conhecimento mais específico em que se insere a sua concretização. Defende-se, então, uma aprendizagem assente no projecto enquanto processo – ou dispositivo de reflexão – o qual, tendo em vista um desígnio específico, assume a complexidade e a diversidade como condições de prossecução. Estas, em última análise, influenciam o desenho [entendido aqui num sentido alargado que se associa a qualquer tipo de produção ou de resolução prática ou teórica] e permitem construir uma necessária convicção.

A construção de uma visão ponderada, multiescalar e interrelacionada que, simultaneamente, garanta a autonomia necessária à sua compreensão, pressupõe um novo posicionamento, mais informado e mais ponderado assim como a reorganização dos princípios que permitem reconhecer os recursos estruturantes e as suas condições de permanência ou de transformação, acompanhando o desejado movimento em direcção a uma prática de intervenção rigorosa, porque altamente ponderada, selectiva e profícua em face de um contexto reconhecível.

O ensino do Projecto Urbano – Projecto 5 – no Mestrado Integrado em Arquitectura [MIArq], da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [FAUP] – que se enuncia com o objetivo de ilustrar os pressupostos em discussão – constitui uma plataforma de experimentação prática que incorpora e dinamiza uma diversidade de conteúdos de carácter empírico, de âmbito teórico e de dimensão conceptual que, de uma forma integrada, permitem ler, compreender e intervir sobre um território concreto que se disponibiliza para a intervenção.

Concretizando uma oportunidade de reflexão sobre a dimensão urbana contemporânea – o território da urbani-

zação e os seus diversos espaços e modelos de ocupação enquanto produtos de um quadro específico, plural, interactuante e altamente complexo de fenómenos sociais, culturais e políticos – o exercício proposto em Projecto 5 materializa, então, um espaço de experimentação que, reconhecendo as temáticas e os materiais subjacentes ao projecto, reflecte sobre os princípios, os métodos e os instrumentos que devem assistir à definição consistente de uma estratégia de intervenção enquanto operacionaliza os conhecimentos teóricos adquiridos, agora legitimados e consolidados através da sua aplicação prática. Assim, tendo em vista a valorização de uma identidade territorial em estudo [introduzindo novas relações, novos usos e condições indutoras de novas dinâmicas], o domínio das escalas, o controlo da forma e da dimensão dos espaços urbanos, o exercício proposto ao estudante potencia o desenvolvimento de uma visão sistémica que considera a sobreposição, a simultaneidade e a interdependência entre os diferentes enfoques temáticos e quadros de pertinência, permitindo a experimentação, obrigando à reflexão e à selecção enquanto condição prévia da construção da proposta e assumindo, nesta lógica de progressão, a condição 'fluida' da realidade contemporânea.

Para tal, ao docente compete-lhe orientar o estudante no 'aprender fazendo' encaminhando o processo de aprendizagem, aferindo metodologias e ferramentas ao longo do processo de experimentação, mas também proporcionando um conjunto de 'interferências' que confrontem as propostas apresentadas com as incertezas do quadro actual e das suas expectativas de evolução. Estas 'interferências', para além de corresponderem a intervenções concretas que orientam o progresso de cada estudante e, como tal, subordinadas, individuais e casuísticas, devem, também, constituir-se como uma oferta pertinente, ajustada ao contexto e de carácter multidisciplinar, generalizada a todos os estudantes, permitindo discutir múltiplos pontos de vista [mesmo que contraditórios], vários métodos de abordagem e diferentes instrumentos de interpretação. Para este efeito, a escolha de um conjunto de temas pertinentes ou de inquietações sobre as circunstâncias presentes e os seus possíveis futuros, consolidada e amplamente qualificada pelo recurso a técnicos de diversos campos de conhecimento e a actores do território (como as autarquias

e os outros *stakeholders*], que determinam o sentido efectivo da sua transformação, evidenciarão a necessidade de pensar sobre a complexidade da realidade e, sobretudo, de construir a argumentação que seleciona e permite tomar decisões, escorando as estratégias e pondo em evidência as razões e as opções de projecto. Em suma, a simulação de um quadro de possíveis interacções disciplinares e de desígnios temáticos ou parciais permite garantir um espaço concreto para a problematização e para a controvérsia, reconhecendo que a metamorfose urbana combina materiais, processos, intenções e actores muito variados numa simultaneidade de situações que são a matéria-prima diversa e contraditória da análise mas, sobretudo, do projecto.

A construção da simbiose, que se procurou ilustrar com o exemplo descrito, entre observar-interpretar-compreender-actuar, que permite estabelecer um programa de intervenção e que se constitui a partir de uma síntese seleccionada da pesquisa efectuada e da construção de uma visão que determina os objectivos de uma estratégia de reestruturação funcional e urbanística, proporciona, de facto, o desenvolvimento de uma metodologia heurística que, sob um raciocínio estratégico de intervenção, permite materializar, a partir de uma simulação do real, os princípios de gestão da incerteza, condição esta que, atendendo aos desfasamentos entre o ensino e a prática profissional, se torna cada vez mais pertinente e pode ser mais generalizável.

Assim, integrando a reflexão sobre as referências, os pressupostos e as condições de actuação que convergem numa simulação do real, o 'aprender realizando', vigente há décadas em muitas escolas de Arquitectura, deve ser objectivado em função das necessidades de um contexto concreto que, sendo fluido e complexo, é morfológico e cultural, mas também político e social.

No seguimento dos pressupostos que se propõe que orientem a didáctica nas escolas, procura-se identificar o que se espera da investigação. Neste âmbito reconhece-se a necessidade de atribuir prioridade à inquirição das questões que pressupõem conhecer melhor a nova, e já referida, condição contemporânea, desenvolvendo e aprofundando múltiplas perspectivas sobre a realidade e assumindo a sua diversidade através de procedimentos de observação e

de interpretação mais rigorosos, mais ajustados e, sobretudo, mais disponíveis para incorporar novas leituras, para reconhecer novas identidades e para produzir novos resultados e, conseqüentemente, novas orientações. Com efeito, reconhecendo, particularmente, o actual cenário de redução da promoção de novo edificado e de contracção social dos territórios da urbanização, com efeitos evidentes nos temas urbanos mas, também, e sem se lhes reconhecer menor importância, nos princípios de actuação sobre as arquitecturas existentes, pede-se à investigação que reconheça as dificuldades que a condição de escassez impõe e, defendendo a importância da observação e da descrição de cada realidade concreta, atenda aos pressupostos que devem determinar a intervenção. Roga-se, ainda, que produza contributos para a compreensão e para a definição dos meios e das condições ajustadas para esclarecer as estratégias e, conseqüentemente, para alcançar os objectivos previamente determinados. Neste processo é, como em todos, determinante que se reconheçam os enquadramentos e as circunstâncias que pressupõem uma identidade específica, muitas vezes distante de algumas tentativas de tipificação que decorrem de uma excessiva simplificação dos modelos de ocupação do território.

Assim, centrando-se na compreensão de cada identidade, arquitectónica ou territorial, e contribuindo para o reconhecimento das matérias que constituem a sua especificidade, a investigação em Arquitectura e Urbanismo deve contribuir, antes de mais, para a aceitação da diversidade existente, condição fundamental para o entendimento dos processos que caracterizam a contemporaneidade. Conseqüentemente, a revisão das teorias, dos conceitos ou das taxinomias e, também, a construção de novas grelhas de análise e de problematização são condições fundamentais para garantir a sua inteligibilidade e, naturalmente, para orientar os propósitos de intervenção ou os princípios de gestão que sobre ela se venham a realizar.

Em suma, reconhece-se que o desenvolvimento de novas práticas de projecto, nas suas múltiplas vertentes, arquitectónica, urbana, de planeamento e de gestão, assim como a imprescindível reorganização das culturas institucionais, impõem a aceitação de um novo paradigma de intervenção – o da escassez de recursos e, conseqüentemente, de

financiamento – que depende, necessariamente, de uma perspectiva renovada que admite o reconhecimento e a distinção de novas ou antigas realidades enquanto se incrementam os métodos heurísticos e se adaptam as técnicas que sustentam a didática do 'saber fazer', nas escolas, mesmo que a profissão mantenha a distância entre a simulação do 'real' e o 'real' efectivamente experimentado. Mas pressupõe, também, que se fomentem os projectos de investigação que contribuam para a descoberta e a fundamentação de critérios, de ferramentas e de orientações para a intervenção e para a gestão, participando activamente na problematização científica em busca de um entendimento mais alargado dos fenómenos contemporâneos e, em última análise, contribuindo para um desígnio mais alargado de transferência de conhecimento mas, também, de intervenção social.

Com efeito, se a nova condição de escassez se reconhece como fundamental para compreender o 'real' e, sobretudo, para definir os critérios de actuação do arquitecto e dos diferentes níveis da Administração Pública, permanecem, no entanto, sérias dificuldades em saber como o fazer efectivamente, isto é, como gerir o edificado e as áreas em visível perda demográfica, parcialmente esvaziados e em processo de degradação. As múltiplas configurações da ocupação edificada e as condicionantes sociais e económicas que caracterizam e determinam os diversos ambientes urbanos, evidenciam, ainda mais, a discrepância entre práticas e normas de planeamento demasiado genéricas e processos de urbanização cada vez mais atomizados, porque as primeiras assentam na falsidade dos pressupostos universais e não reconhecem a diversidade dos segundos e dos valores determinantes de cada modelo específico de ocupação.

Através das experiências no ensino – a didáctica do 'aprender fazendo' – e, de outro modo, dos estudos que consubstanciam o campo da investigação da Arquitectura e do Urbanismo, pretende-se, sobretudo, aumentar a consciência sobre a relevância e a volubilidade de construir uma representação da realidade, a qual, assumindo-se como um ponto de vista específico, ainda que necessariamente informado, "supõe escolhas, codificações, convenções, protocolos, instrumentos de observação, onde a própria realidade se dilui." (Domingues, 2012, p. 56)

BIBLIOGRAFIA

Ascher, F. (2005). *La société hypermoderne ou Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*. 2ª Edição. La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube.

Bauman, Z. (2006). *Liquid Modernity*. Malden MA, Polity Press.

Cabral, M. V. (coord.) (2006), *Relatório: Profissão Arquitecto/a* (Estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos). Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Domingues, A. (2012), Territory. In: Leão, P. (dir.) *Scopia Magazine. Above Ground Territory*, 3 (3). Porto, CCRE/FAUP, pp. 52–63.

Innerarity, D. (2009) *A Sociedade Invisível*. Lisboa, Editorial Teorema.

NOTAS

1. De acordo com este autor a modernidade corresponde a um incessante processo de transformação que se traduz na metamorfose sucessiva das componentes física e tecnológica do urbano e que é passível de ser caracterizada como resultante da interacção dos três processos socio-antropológicos mencionados: a individualização, a racionalização e a diferenciação social. F. Ascher esclarece que "estes processos não são, enquanto tal, próprios da modernidade; mas é a sua combinação particular que, em circunstâncias particulares, produziu a modernidade" (Ascher, 2005, p. 13).
2. A afirmação do ideal urbano de modernidade corresponde a um processo de permanente transformação que F. Ascher organiza em três tempos da modernização: o capitalismo mercantil, associado ao Estado-Nação e à cidade clássica; o capitalismo industrial com o Estado-Nação-Providência e a cidade moderna e o capitalismo cognitivo relacionado com os poderes públicos e múltiplos e com o desenvolvimento da metápole (Ascher, 2005, p. 37).

3. A instituição legal do Plano Director Municipal, em 1982, e a sua imposição enquanto condição obrigatória para a obtenção de fundos europeus (1994/1995) haveria de garantir, a médio prazo, a cobertura da totalidade da área dos concelhos portugueses por este instrumento de ordenamento do território.
4. Os modernos Estados-Nação surgiram como grandes 'recipientes' territoriais com poderes crescentes sobre os seus domínios, produto de políticas de unificação e de modernização que constituem um fenómeno europeu generalizado, reconhecível a partir do século XIX e enfatizado nos Trinta Gloriosos. Subentendem o investimento na construção de uma identidade comum e a associação, numa mesma entidade, da política e da geopolítica de uma nacionalidade. Assim, se considerarmos que este conceito de Estado se auto-identifica através da sua legitimação política, alcançada enquanto entidade soberana de uma nação que agrega um território geográfico claramente delimitado onde reside uma sociedade caracterizada por uma determinada identidade cultural, compreendemos que o fenómeno da globalização evidenciando, simultaneamente, a perda de limites e os desajustes decorrentes da ausência de coincidência entre o território real e a sua representação, determinam a sua actual condição de instabilidade estrutural e permanente.
5. Embora a instituição da democracia garanta a institucionalização do poder local, as contradições entre poderes delegados, a excessiva sectorização das políticas e a sucessiva insuficiência dos meios financeiros, técnicos e organizativos determinam a incapacidade crónica de reconhecimento a nível central das qualidades específicas das novas formas de ocupação urbana. Os financiamentos garantem, no entanto, um stock de infraestruturas alargado, e os municípios assumem como objectivo fundamental a sistemática valorização dos contextos urbanos antigos e reconhecíveis, através da sucessiva reinvenção e requalificação do desenho dos espaços da cidade tradicional, condição geralmente associada à promoção da imagem e do património local.
6. De facto, se "em 1975 o número de inscritos na AAP/OA seria de 740; em 1988, 3648; e em 1998, 8121" (Cabral, 2006), no estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos Profissão Arquitecto/a publicado em 2006, conclui-se que "mais de metade dos arquitectos portugueses têm menos de 35 anos e estão a entrar para a Ordem à cadência anual de mais de 1000 novas inscrições" (Cabral 2006).
7. O 'normal' percurso da história, expressão que traduz as expectativas de continuidade criadas em função de duas décadas de crescimento, correspondia, na verdade, a uma ilusão. Com efeito, fosse qual fosse o cenário macro-económico, acabaria por se verificar uma mudança de paradigma que passaria, inevitavelmente, pela transformação do modelo económico português e traduzir-se-ia numa reafecção de recursos. Porém, a crise da dívida soberana associada à exaustão do modelo e, depois, a austeridade precipitaram os acontecimentos, radicalizaram as respostas e intensificaram os efeitos de uma redução muito significativa de financiamento num período extremamente curto de tempo.
8. Refere-se aqui a introdução de matérias que, afastando-se do cerne da prática projectual, enfatizem o desenvolvimento de competências que têm em vista a gestão, a inovação e, em última análise, a aplicação de métodos para gerar produtos e serviços inovadores que conduzam ao desenvolvimento de novos negócios.
9. Z. Bauman ou D. Innerarity, entre outros autores, procuram caracterizar esta condição contemporânea quer através da metáfora da 'liquidificação da modernidade' (Bauman, 2006, p. 2), quer através do reconhecimento da sociedade contemporânea enquanto "sociedade invisível", sendo essa invisibilidade o "resultado de um processo complexo no qual confluem a mobilidade, a volatilidade, a fragmentação e as fusões, a multiplicidade de realidades inéditas e o desaparecimento de blocos explicativos, as alianças insólitas e a confluência de interesses dificilmente compreensíveis" (Innerarity, 2009, p. 49).